



# A Prefeitura

Informativo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro • Quarta-feira, 16 de março de 2005 • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

do Rio

## Toda a verdade sobre a Saúde

# Município exigiu e Governo Federal reassume parte dos seus hospitais

Para prestar bons serviços à população da Cidade, desde 2003 a Prefeitura do Rio vem exigindo do Governo Federal uma solução para os problemas das 28 unidades de Saúde municipalizadas a partir de 1995. O Município apontou problemas, solicitou negociação e apresentou opções para resolver a questão. Como nada adiantou, foi feita uma notificação extrajudicial, em junho de 2004, ao Ministério da Saúde informando que sem os recursos necessários, as unidades seriam devolvidas.

Agora, a proposta municipal se tornou realidade, já que o ministério interrompeu as negociações, não concordando, inclusive, em

ressarcir as despesas do Município do Rio com manutenção, pessoal, remédios e outros insumos. O Governo Federal negou-se, também, a fazer a correção dos valores repassados mensalmente, e que estão congelados há 10 anos.

A realidade é que, por meio de decreto federal, os hospitais federais Cardoso Fontes, Lagoa, Andaraí e Ipanema voltaram à responsabilidade do seu verdadeiro dono, o Ministério da Saúde. Isto foi uma exigência da Prefeitura. Lamentavelmente, o ato federal incluiu a requisição, de forma arbitrária e questionável, dos hospitais municipais Souza Aguiar e Miguel Couto.



## Ministério da Saúde deve R\$ 192,6 milhões ao Rio

Em 1º de março deste ano, o Ministério da Saúde enviou ofício ao secretário municipal de Saúde comprometendo-se a pagar a primeira parcela da dívida do Governo Federal com o Município, de R\$ 46 milhões, referente às despesas de pessoal da Prefeitura nos hospitais federais sob gestão municipal, conforme rezavam os contratos de municipalização não cumpridos pelo ministério. O compromisso de pagamento do ministério representou o reconhecimento da dívida total de R\$ 192,6 milhões em pagamentos atrasados e corrigidos de 2000 a 2004.

O objetivo do Ministério da Saúde, cobrado pela Prefeitura, era de pagar os custos da substituição de 1.594 ser-

vidores federais, aposentados até 2004, por profissionais de Saúde dos quadros municipais, e de manter o pagamento das reposições futuras.

A relação das unidades citadas no ofício em que o Ministério da Saúde reconhecia a sua dívida com a Prefeitura era a seguinte: Hospital Nise da Silveira, Hospital Geral da Lagoa, Hospital Geral do Andaraí, Hospital Geral de Ipanema, Hospital Raphael de Paula Souza, Instituto Phillippe Pinel.

A Prefeitura cobra recursos para outros três hospitais federais municipalizados que também têm custos, pagos pelo contribuinte carioca, de reposição de servidores federais afastados: Colônia Juliano Moreira, Hospital da Piedade e Hospital Cardoso Fontes.

## Prefeitura investe mais que sua obrigação legal

A Emenda Constitucional 29/2000 determina percentuais de investimento em Saúde pelos municípios brasileiros. Desde 2001, a Prefeitura do Rio vem ultrapassando esse compromisso legal, destinando um percentual superior, que chegou a 17,8% no orçamento de 2004, quando deveria ser de 15%.

Entre as ações desenvolvidas, com recursos exclusivos da Prefeitura do Rio, está o Programa Remédio em Casa, que já entregou 624.940 remessas gratuitas de medicamentos, beneficiando 253.532 pacientes hipertensos e diabéticos cadastrados. A inicia-

tiva é pioneira no país e está sendo levada para outras cidades. Atualmente, 109 postos de saúde e hospitais municipais oferecem o serviço.

A comodidade do paciente receber os remédios em domicílio, via Correios, e a diminuição do número de pessoas que abandonam o tratamento são algumas vantagens do programa. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, nos dois primeiros anos do Remédio em Casa (2003 e 2004), a taxa de abandono de pacientes com mais de um ano de tratamento reduziu em cerca de 30% nas unidades municipais.

# União e Governo do Estado descumprem a lei

Embora os problemas na rede de Saúde do Rio tenham se originado a partir da municipalização de grandes hospitais federais degradados, em 1999, outros fatores também contribuíram para a contaminação de um sistema que era considerado modelo de gestão no país. Um destes fatores é o não cumprimento pelos Governos Federal e Estadual da Emenda Constitucional 29/2000, que define os percentuais de investimento que as administrações federal, estaduais e municipais devem fazer, a

cada ano, na Saúde.

No caso do governo federal, em junho de 2004, o Tribunal de Contas da União (TCU), ao aprovar um Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República, referentes a 2003, concluiu “que, seja pela metodologia adotada pelo Tribunal (TCU), seja por aquela da STN (*Secretaria do Tesouro Nacional*), o valor total dos gastos com Saúde foi inferior ao percentual mínimo determinado pela Constituição”.

Com relação ao governo es-

tadual, a situação é ainda mais grave e o desinvestimento ainda maior. Por conta disto, o Ministério Público Federal entrou com Ação Civil Pública (processo nº 2003.51.01.028279-7, na 23ª Vara Federal) pedindo “a condenação do Estado do Rio de Janeiro na obrigação de ressarcir os danos decorrentes da destinação incorreta e inadequada da verba orçamentária vinculada à Saúde, nos anos de 2000, 2001 e 2002”.

Ainda de acordo com a Ação — ainda não julgada —, “o Estado do Rio de Janeiro, desde a

edição da Emenda nº 29/2000, até o mês de outubro do corrente ano (2003), deixou de alocar à Saúde aproximadamente setecentos milhões de reais”.

O Ministério Público Federal afirma ainda, na Ação, que “está bastante claro que o Estado do Rio de Janeiro não está cumprindo com sua parte no pacto federativo de assistência à saúde e esta conduta está a gerar um estado de verdadeira calamidade pública. Há, portanto, risco evidente de danos irreversíveis.”

## Rede Municipal sobrecarregada com pacientes de outras cidades

Para agravar a situação, a escassez de serviços de Saúde em todo o estado, principalmente na Região Metropolitana, sobrecarrega os hospitais e postos de Saúde da rede própria e os demais administrados pela Prefeitura do Rio. Situação que somente será resolvida se houver o

aporte financeiro necessário para o bom funcionamento dessa rede, além de uma articulação da oferta de serviços das unidades federais, estaduais e municipais por meio de um consórcio metropolitano.

O Hospital Municipal Souza Aguiar (foto), situado no Centro da cidade, onde funciona o maior Setor de Emergência da América Latina, é um dos principais exemplos da enor-



me demanda de pacientes vindos da Baixada Fluminense. Pesquisa realizada nos prontuários médicos nos dias 11, 12 e 13 de julho do ano passado serve como referência para ilustrar esta situação que perdura por todo o ano.

Nesse período, 41% dos pacientes internados na enfermaria de Cirurgia Vascular eram de residentes na Baixada. Na enfermaria de Cirurgia Geral, 35% eram da Baixada, enquanto 30% de pacientes daquela região ocupavam leitos da enfermaria de Clínica Médica.



# Repasse do Governo Federal para hospitais está congelado

A comparação entre as verbas de custeio, destinadas pelo Ministério da Saúde aos seus hospitais próprios, e aquelas enviadas aos hospitais federais sob gestão do Município comprova a discriminação em relação à Prefeitura. Para nove grandes unidades federais municipalizadas, as verbas de custeio permaneceram congeladas desde 1999 até hoje, enquanto os recursos para os hospitais próprios do Governo Federal eram reajustados em pelo menos o dobro.

Para dar uma idéia, o Hospital da Lagoa – municipalizado – recebe hoje, mensalmente, recursos para custeio de R\$ 2 milhões – o mesmo que recebia em 1999. Enquanto isso, o Hospital dos Servidores, próprio federal e comparável, por exemplo, ao Hospital da Lagoa em tamanho e complexidade, recebe mensalmente R\$ 6,1 milhões. O Hospi-

tal do Andaraí, unidade federal sob gestão municipal, recebe mensalmente R\$ 1,7 milhão em verbas de custeio, congeladas desde 1999, enquanto o hospital federal da Posse, em Nova Iguaçu, recebe R\$ 3,8 milhões mensais.

Para todos os 28 hospitais e postos de Saúde federais sob gestão do Município, a Prefeitura recebe do Ministério da Saúde, em verbas de custeio, cerca de R\$ 14 milhões mensais. Se estes recursos fossem distribuídos igualmente entre todos os hospitais e postos de Saúde municipalizados, resultariam em R\$ 500 mil para cada um. A comparação com as cinco maiores unidades próprias do governo federal no Rio é gritante. Estas recebem mensalmente R\$ 82,2 milhões, o que representa uma quota de nada menos do que R\$ 6,8 milhões mensais para cada hospital.

COMPARAÇÃO DE REPASSES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE ENTRE HOSPITAIS			
Custeio Anual (sem pessoal)	1999	2005	Varição
6 últimas unidades municipalizadas (Andaraí, Lagoa, Ipanema, Pinel, Rafael de Paula Souza e Nise da Silveira)	88.200.000	88.200.000	-
5 federais (Bonsucesso, Servidores, Cardiologia de Laranjeiras, INCA e Traumatologia-Ortopedia)	247.956.532	410.130.000	65,4%
Hospital da Posse (municipalizado - Prefeitura de Nova Iguaçu)	26.452.832	45.600.000	72,4%

Fonte: Ministério da Saúde

## Os números da desigualdade

### Verbas de custeio do Ministério da Saúde

- Hospital da Lagoa (federal sob gestão municipal): R\$ 2,071 milhões mensais, congelados desde 1999
- Hospital dos Servidores (próprio federal): R\$ 6,125 milhões mensais
- Hospital Municipal do Andaraí (federal sob gestão municipal): R\$ 1,7 milhão mensais, congelados desde 1999
- Hospital da Posse de Nova Iguaçu (municipalizado – Prefeitura de Nova Iguaçu): R\$ 3,8 milhões mensais

# Ministério da Saúde não cumpre contrato com o Município

O Município vem arcando com a maior parte das despesas das unidades de Saúde municipalizadas, tanto no que se refere ao custeio como na reposição de servidores federais que se afastam por aposentadoria ou demissão, além de alocar pessoal na ampliação dos serviços prestados à população. Ao contrário do que está previsto nos convênios da última etapa da municipaliza-

ção, que transferiram, em 1999, seis hospitais para administração da Prefeitura do Rio, o Ministério da Saúde repassa somente R\$ 5 milhões por ano para gastos com a reposição de pessoal que, em 2004, alcançaram R\$ 46,6 milhões. Atualmente, são 2.768 servidores municipais nesses hospitais – Andaraí, Ipanema, Lagoa, Pinel, Rafael de Paula Souza e Nise da Silveira. Em 2003, as despesas da Prefeitura

com pessoal nessas unidades foram de R\$ 32,5 milhões.

Para manter todas as 28 unidades municipalizadas, entre as quais postos de assistência médica (PAMs) e hospitais, o Ministério da Saúde repassa mensalmente para a Prefeitura do Rio R\$ 14,6 milhões, valor insuficiente em relação às necessidades para seu funcionamento, estimadas em pelo menos R\$ 30 milhões. Dados de 2004 mostram

que, dos 17.599 servidores que atuam nessas unidades, 7.729 (44%) são da Prefeitura. O Hospital do Andaraí, por exemplo, foi que recebeu o maior contingente de pessoal: 881 para trabalhar junto com os 981 federais. Os contratos de municipalização dos seis hospitais são semelhantes e tratam da questão de pessoal na cláusula terceira, subcláusulas 14 e 15.

